

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores. Em Tangará Da Serra-MT.

Sandro Benedito Sguarezi, Ana Maria de Lima y Juliano Luis Borges.

Cita:

Sandro Benedito Sguarezi, Ana Maria de Lima y Juliano Luis Borges (2009). *Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores. Em Tangará Da Serra-MT. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1598>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores

Em Tangará Da Serra-MT

Sandro Benedito Sguarezi

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/NECOMT

Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso, FAPEMAT

sandrosguarezi@terra.com.br

Ana Maria de Lima

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/NECOMT

Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar

Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso-FAPEMAT

ana_tga@hotmail.com.

Juliano Luis Borges

Universidade de Cuiabá-UNIC. Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Bolsista da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT

jlb_br@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O estudo é resultado de uma pesquisa com base na metodologia da pesquisa-ação e mostra as contradições do processo de incubação de uma Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos

no Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso – Brasil – e a sua relação com a sociedade civil, o Estado e o mercado. Relata da história do grupo e evidencia a sua forma de organização diante da precarização do trabalho. Organizados numa cooperativa caracterizada pelo solidarismo e pela autogestão mostra as contradições as relações internas visando a organização do trabalho coletivo na busca da identidade do grupo.

O texto igualmente enfoca a importância da sociedade civil organizada no apoio à consolidação do empreendimento e na busca do equilíbrio das contradições, próprias do processo de incubação, além de buscar socializar resultados e expor-se ao debate.

Os resultados mostram uma experiência rica em contradições e que podem contribuir para percebermos a importância da sociedade civil como articuladora de um processo de inclusão social. Ao mesmo tempo mostra a necessidade de uma sociedade civil forte, mediadora e politizada para fazer frente a tirania do mercado e a incapacidade de um Estado comprometido com a matriz neoliberal em lidar com os problemas sociais.

Nesse sentido, a autogestão e a economia solidária se colocam como importantes ferramentas para promover a inclusão social, mas o estudo mostra que sem o apoio da sociedade civil e do Estado essa tarefa se torna praticamente impossível numa sociedade capitalista.

REFORMA DO ESTADO CONTEMPORÂNEO E O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL

Os estudiosos do tema mostram que a relação entre sociedade civil e Estado é objeto de reflexão sistemática da antiguidade clássica a modernidade. Apesar complexo arcabouço teórico sobre o assunto, a proposta desta análise se concentra nas transformações ocorridas nas últimas décadas (BOBBIO, 1982). Sobre o novo formato do Estado decorrente da modernidade, Nogueira (2004, p. 52) reflete:

Ficamos encurralados entre dois discursos, duas culturas, que não se comunicam nem se completam. De um lado, estão os que se concentram no tema modernização, mobilizando em seu favor a idéia de que é preciso

adotar novos procedimentos gerenciais e transferir, para a sociedade civil¹, encargos e atribuições antes exclusivas do Estado. De outro lado, estão os que se voltam para a denúncia e a resistência em nome dos direitos sociais², de uma sociedade mais justa e da mobilização dos interesses subalternos, marginalizados ou não privilegiados.

Essas duas propostas reformistas colocadas como verdades absolutas criaram um vazio desproporcional entre necessidades e a capacidade de intervenção e participação social. Se por um lado, criaram uma agenda gerencial estatal burocrática descompromissada com os temas sociais, por outro, se limitaram a reclamar dos efeitos nefastos da hegemonia da globalização financeira e ficaram impedidos de pensar um projeto político autônomo para os países.

Diante emergência da ótica hegemônica neoliberal e da desvalorização da política a sociedade latino-americana e brasileira dobrou-se aos fatos e o “Estado foi, assim, convertido em um fardo e custo [...] O Estado tornou-se um inimigo, algo a ser combatido”. (NOGUEIRA, 2004, p. 44-46). Nesse contexto, a sociedade civil procurou formas de defesa e buscou protagonizar o diálogo e mediar essas relações de forças.

Esse processo expõe as contradições do conceito de sociedade civil, um conceito,

[...] recuperado no contexto dos processos de (re)democratização do Leste Europeu e da América Latina nos anos 70 e 80 [século XX] e reimportado pelos europeus ocidentais e norte-americanos a partir de então, é, como se sabe, tão velho quanto a própria ciência política, sendo-lhes inscritas em seus muitos anos de vida e por diferentes tradições teóricas conotações diversas e nem sempre conciliáveis. (COSTA, 2002, p. 37).

A contradição do conceito de *societas civilis* afasta consensos, mas encontra um ponto comum, sua heterogeneidade e a sua relação com o conceito de Estado.

Heterogeneidade da sociedade civil é uma expressão da pluralidade política social e cultural que acompanha o desenvolvimento histórico [...] não se pode conceber a sociedade civil como homogênea e virtuosa. A sociedade

¹ Nessa visão leia-se corrente teórica do terceiro setor vinculada ao projeto neoliberal de Estado mínimo, ou de desconstrução do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado orientadas para a visão gerencial de Estado voltada para o mercado.

² Nessa visão se encaixam os movimentos sociais mais ligados as propostas de gestão dos partidos ditos socialistas. Com maior interferência do Estado na economia em forma de monopólio de Estado.

civil é composta por uma heterogeneidade de atores sociais (entre eles, atores conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes. (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 27).

No caso da Coopertan isso é evidente. Embora a realidade desse empreendimento econômico solidário-EES se expresse contraditória e também complexa, a sociedade civil foi a precursora do processo, se colocou como sujeito, mas também respeitou o protagonismo dos outros sujeitos e do movimento social dos catadores.

A sociedade civil aqui superou ao menos provisoriamente a sua própria dicotomia e a dicotomia própria do Estado tirano. Respeitando os distintos interesses dos mais diversos *sujeitos* envolvidos no processo de incubação³.

Nesse caso, preferimos igualmente a Wanderley (1992, p. 142),

O uso do termo *sujeito*, como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. Ao contrário de *ator*, como aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela.

Isto posto, essa experiência mostra urgentemente que é preciso resgatar a capacidade de politização da sociedade civil, bem como do Estado. No cenário atual – de globalização hegemônica – estes que se apresentam como *atores*, precisam inevitavelmente assumir a condição de *sujeitos* políticos.

EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS-EES: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO E AS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

³ A incubação de empreendimentos econômicos solidários compreende o desenvolvimento de procedimentos de acompanhamento e de ferramentas de gestão, voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão, por meio da criação de cooperativas populares e redes sociais. Para aprofundar ver: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp.

Os EES, também podem ser caracterizados como *empreendimentos autogestionários*. No que se refere ao marco jurídico da autogestão e da economia solidária no Brasil, o documento esclarece as diferenças entre empreendimentos autogestionários e empresas de autogestão, conforme a seguir:

Os **Empreendimentos Autogestionários** se caracterizam por serem aqueles constituídos através de projetos sociais realizados em comunidades periféricas, não sendo resultado de uma atividade econômica anterior, como é o caso das empresas de autogestão. As **Empresas de Autogestão**, por sua vez, são aquelas que nascem do fracasso de um negócio anterior e, portanto, pressupõem a existência de uma atividade econômica já organizada que passa a ser comandada pelos trabalhadores, que delas já faziam parte como empregados celetistas. (GONÇALVES, 2005, p. 1-2, negritos do autor).

Este marco teórico, é importante porque coloca duas situações opostas, mas ambas se encaixam no conceito-autogestão. São iniciativas oriundas da necessidade de superação dos trabalhadores diante a precarização do trabalho, a autogestão é resposta a uma que germina e brota em situações de carência e risco. É processo no qual a de tomada de decisão é coletivo e as relações de produção deixam de ser hierarquizadas como ocorre nas empresas capitalistas.

O capitalismo gerou um passivo social de milhões de excluídos, esses, em sua maioria, sofrem pela ausência da utopia, do sonho, da perspectiva de um futuro que possa ser vivido longe dessas mazelas. Entretanto, é possível encontrar nessa sociedade perversa pobres/excluídos capazes de criar alternativas de sobrevivência nas fendas do degradante sistema. É o caso dos sócios da Coopertan.

Conforme relato dos cooperados, a trajetória do grupo, que era de aproximadamente dez pessoas, iniciou-se na década de 1980 e hoje (2009) forma um EES em forma de cooperativa com aproximadamente 26 participantes. Entre 1980 e 2004 todo tipo de lixo/entulho recolhido na cidade, eram jogados no 'lixão', onde trabalhavam os catadores. O trabalho não era organizado coletivamente: *“Quando nós trabalhávamos no antigo lixão, não havia organização. O trabalho era individual. Cada um ajuntava seu material e vendia. Eram mais ou menos 10 pessoas que trabalhavam naquele local”* (Relato Sócio 5). A partir de 2004, por exigência legal/ambiental foi instalado em Tangará da Serra o

Aterro Sanitário, mas os catadores continuavam a trabalhar dentro do Aterro Sanitário em situação precária e de risco.

Na tentativa de minimizar o problema ambiental/legal/social e dar o mínimo de dignidade para os trabalhadores foi lançado pela Prefeitura Municipal e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE⁴, o “Programa Tangará Recicla”. Mas a burocracia estatal exigia a figura de uma pessoa jurídica para representar os catadores. Essa era uma demanda do SAMAE, não dos catadores. Entre 2005 e 2007 foram realizadas várias tentativas de associação. A terceira delas foi a organização em forma de cooperativa porque segundo uma associada se deu: *“porque falaram pra gente que a cooperativa tem dinheiro do governo e a associação não tem verba do governo” (sic)*. No entanto, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso devolveu o processo de registro devido várias irregularidades.

Nesse intervalo de tempo, por iniciativa dos catadores e da ONG Sociedade Alternativa La Comuna, pioneira no apoio ao grupo, procuraram o Banco do Brasil S/A para apoiar a consolidação da cooperativa. Após as deliberações internas o Banco através do seu Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS, passou a apoiar a organização do grupo tendo como parceiros: D. E. Siebert – Empresa Particular de Assessoria Agrônômica e Ambiental; Câmara Municipal de Vereadores; e a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, através do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho-NECOMT. A institucionalização do projeto ocorreu em março de 2007 e foi a partir daí que a sociedade civil em forma rede e liderada pela UNEMAT/NECOMT passou a apoiar efetivamente o projeto e regularizar a Coopertan junto as instituições pertinentes.

Com base na metodologia da pesquisa-ação⁵ essa rede foi procurando se compreender e compreender as contradições do processo de incubação de um EES e a sua relação com a sociedade civil, com o Estado e com o mercado. A busca da consolidação da cooperativa na perspectiva do econômico, do social, do cultural, do técnico e do ecológico está sendo um desafio para a rede, que se amplia a cada dia. Em 2008, juntaram-se a rede de apoio a Coopertan: a UNIMED-Vale do Sepotuba através do Instituto Vale do Sepotuba de Responsabilidade Social-PRÓ-VALE; Banco da Amazônia S/A-BASA; Núcleo de Participação Social e Economia Solidária-NUPES e o Fórum Municipal de Economia Solidária. Além desses parceiros institucionais o projeto recebe apoio de profissionais liberais voluntários vinculados ao Grupo de

⁴ Órgão/Autarquia responsável pela coleta do lixo e pela gestão do Aterro Sanitário

⁵ Para aprofundar ver: THIOLENT, M. (org). *Pesquisa-ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. E também: THIOLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

Pesquisa: Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo do Trabalho-GDRS⁶. No âmbito do projeto foram desenvolvidas pesquisas vinculadas ao GDRS. Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, monografias de Pós Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* (nível Mestrado), sendo que todos os resultados evidenciam as contradições no processo de incubação.

As contradições começam ao mesmo tempo em que começa o trabalho dos catadores. Por que os catadores estão se submetendo a esse trabalho? A predominância dos motivos pela opção de trabalho coletivo está assim distribuída. (35,29%) afirmam que não desejam mais trabalhar de empregado. Em segundo lugar com 17,64% das respostas está a falta de emprego. Os outros 47,07 % apresentam outras motivações para a organização autogestionária. A oportunidade de acessar crédito⁷, o reconhecimento do grupo, a busca de identidade e a realização no trabalho também são fatores referenciados. A contradição está na gênese do capitalismo que não consegue garantir emprego pleno torna o trabalho um espaço de *não* realização do trabalhador. A maioria não quer um patrão nem o despotismo do capital e percebeu que a autogestão nos EES possibilita a realização no trabalho, aqui o trabalho não é uma simples mercadoria.

O interesse dos cooperados, inicialmente, não era de se agrupar coletivamente no processo de produção, eles queriam apenas um mecanismo jurídico para celebrar um convênio com o SAMAE – no caso a cooperativa – para não serem expulsos do aterro sanitário, local de trabalho. Mas aos poucos foram percebendo que não podiam fazer parte de um corpo fracionado que se reunia apenas quando eram ameaçados. A organização coletiva ultrapassava essa necessidade e exigia o compromisso com o coletivo.

A incubação em si é um espaço de contradição no qual afloram os conflitos e divergências da sociedade civil. Mas é também um espaço de aproximação e de *consensos provisórios*. É o que se percebe quando a análise recai sobre a ação dos sujeitos envolvidos no projeto. Todos tinham seus interesses. O que interessava para o SAMAE era ter alguém para fazer a coleta seletiva, e se a Coopertan o fazia a autarquia não precisava terceirizar esse serviço pagando por ele. Os interesses da Prefeitura e do NUPES por vezes se aproximavam, por vezes se distanciavam. Os interesses da universidade estavam na extensão e produção conhecimento e tecnologia social através da pesquisa. A Câmara de Vereadores explicita de forma mais aguda essas contradições, visto que a maioria dos seus membros só reconhece o pobre e o trabalhador na hora de lhe pedir voto.

⁶ Certificado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq em 2006.

⁷ Esse debate foi complicado porque foi difícil para os sócios da Coopertan compreenderem que o que estava se propondo, não era uma ação paternalista.

O interesse da iniciativa privada é o de promover a inclusão. Mas que inclusão? O Interesse dos Bancos via Projeto-DRS é inclusão no sistema bancário, é se mostrar socialmente responsável e ampliar sua carteira de negócios objetivo partilhado pelo Instituto PRÓ-VALE. A ONG Sociedade Alternativa La Comuna e D. E. Sibert Consultoria Agrônômica e Ambiental participavam do projeto com interesses antagônicos, a primeira vinculada a uma proposta de sociedade alternativa socialista, percebia no projeto a possibilidade de *uma outra sociedade*. A segunda atuava no projeto a procura de reconhecimento social. O projeto se tornou um espaço de pura contradição, onde os diferentes sujeitos buscaram seus interesses e coube a sociedade civil mediar o dialogo com a sociedade política.

Nesse espaço de contradição os sócios da Coopertan, passam a perceber que a autonomia da autogestão se restringe as paredes da Cooperativa. E que a relação com o mercado é cruel. Pois ***“O ambiente econômico, além de exercer pressão contrária ao desenvolvimento do cooperativismo, influi também, de modo profundo, no seu funcionamento interno”*** (PINHO, 1965, 84).

Empregado ou sócio? Patrão ou empregado? Empresário ou trabalhador? Trabalhador ou empresário? A falta de consciência política e de classe, muitas vezes leva o sócio trabalhador a assumir posturas e valores do patrão capitalista, ou mesmo do gerente ou do supervisor da empresa privada. Valores diametralmente opostos aos valores e princípios da economia solidária e da autogestão. É preciso estar atento para que essa transfiguração de trabalhador em empresário através do auto-emprego e do empreendedorismo social não leve, os sócios, ao isolamento e ao distanciamento dos valores propugnados pela economia solidária e pela autogestão (BARBOSA, 2007).

Aqui se encontra um dilema da Incubadora UNEMAT/NECOMT, ao liderar a rede no processo de busca da identidade do grupo de trabalhadores da Coopertan e ampliar a consciência dos demais participantes da rede a própria incubadora encontra suas contradições. Evidente que a Universidade pode contribuir com os movimentos sociais, com a sociedade civil e com o Estado, mas isso não coloca a Universidade como um espaço de hegemonia. Qual é o papel da Universidade junto aos movimentos sociais? A resposta para essa pergunta vai depender do interesse de quem faz a pergunta, ou de quem vai respondê-la.

A metodologia da pesquisa-ação permite o dialogo da contradição e assim que o debate é lançado cabe a sociedade civil se constituir mediadora na busca do consenso provisório a respeito de cada ação do projeto, de cada conceito. As contradições não deixam de existir, se tornam um espaço de realização, de educação e de troca de saberes colocando o homem como fim, não como

um meio/recurso do sistema de produção. Esse papel pedagógico também influi na moral e na motivação do grupo.

A sustentabilidade do EES depende da sua eficiência/eficácia econômica e política, mas não pode negligenciar os aspectos: sócio-culturais, ecológicos, ambientais. Portanto, o processo de incubação por mais contraditório que seja é fecundo para construir espaços de diálogo e de mediação para agregar não apenas os sócios da Coopertan, mas todos os membros da rede e da sociedade civil num permanente processo de formação. Porque os trabalhadores não foram educados para a autonomia, tampouco os representantes da sociedade civil. A regra geral é seguir o padrão hegemônico – taylorista/fordista – de dominação existente na empresa capitalista que se reproduz nas relações sociais em forma de poder do capital sobre o trabalho. Nesse espaço de diálogo e de debate se expressa de forma muito viva as contradições ideo-política, terreno fértil para recuperar a politização da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram as dificuldades da sociedade civil em compreender as relações de produção baseadas na autogestão e as dificuldades dos movimentos sociais em relação ao mercado e a burocracia estatal. Percebe-se que a sociedade civil, embora deseje contribuir com a consolidação do grupo, está atrelada ao paradigma positivista de ciência, de mercado e de Estado. Por outro lado, os movimentos sociais, embora procurem protagonizar uma nova realidade, muitas vezes recaem a espera de uma atitude “paternalista” da sociedade civil e do Estado. Por sua vez o Estado procura contribuir, mas fica preso nos mecanismos da burocracia impostos pela reforma neoliberal que solapa o Estado brasileiro.

O processo de pesquisa-ação foi fundamental para garantir a participação ativa e cidadã de todos os sujeitos que construíram essa experiência. Portanto, essa texto surge como uma auto-reflexão da ação dos pesquisadores e dos demais sujeitos comprometidos com o processo de incubação.

Pode-se concluir ainda que a dura realidade da exclusão na América Latina coloca como fundamental o papel dos sujeitos sociais no sentido de se mobilizar e enfrentar as desigualdades sociais para a consolidação de uma *democracia participativa*, de uma *democracia cultural*, de uma *democracia econômica* e igualmente assumindo a *democracia como um modo de vida*. Esta posto que a heterogeneidade das forças da qual a sociedade civil é composta é um espaço de contradição. Um

campo de disputa da construção de uma sociedade democrática na qual todos os pleitos são legítimos, sendo legítimo também a luta dos trabalhadores organizados na perspectiva do solidarismo autogestionário na busca pelo *inédito viável* e por uma *outra economia*. Onde *uma nova sociedade é possível*, desde que haja equilíbrio entre as relações de força desses sujeitos.

Referências bibliográficas

- BANCO DO BRASIL. **Programa Corporativo Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,138,5504,0,0,1,6.bb?codigoMenu=2363&codigoNoticia=12485>>. Acesso em: 29 dez. 2008.
- BARBOSA, R. N. de C. **A Economia Solidária como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2007.
- BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COSTA, S. Sociedade civil e espaço público. *In: As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DAGNINO, E; OLVERA, A, J; PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Paz e Terra/UNICAMP: São Paulo: 2006.
- GONÇALVES, W. A. **O marco jurídico da autogestão e economia solidária**. (Relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003). – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.
- NOGUEIRA, M. A. Do fracasso à reforma da reforma do Estado. *In: Um Estado para a Sociedade Civil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1965.
- WANDERLEY, L. E. Os sujeitos sociais em questão. **Serviço social & Sociedade**. Nº. 40, Ano XIII, dez./1992. São Paulo: Cortez, 1992. p. 141-156.